



Ata da tricentésima quadragésima segunda (342^a) reunião ordinária do Conselho Fiscal, realizada em 22 de março de 2023, com a presença da Diretora do Departamento Administrativo-Financeiro Renata de Souza Santos Esteves, da Assessora da Presidência Fabíola de Melo Silva, da contadora Ivanir Barbosa da Silva Medeiros e dos Conselheiros: Amauri Arnaldo Junior e Rafaela Carvalho dos Santos. Participou da reunião o controle interno Carlos Augusto Zani. Iniciou-se às 9h30min, presencialmente na sede do IPMJ, com a apreciação do Balanço de 2022. Para análises dos resultados foram apresentados: o Anexo 12 - Balanço Orçamentário, demonstrando o confronto das receitas e despesas previstas com as realizadas, durante o exercício de 2022, com resultado superavitário de R\$ 40.392.840,71 (quarenta milhões, trezentos e noventa e dois mil, oitocentos e quarenta reais e setenta e um centavos); o Anexo 13 - Balanço Financeiro, evidenciando as movimentações das disponibilidades, com saldo para o exercício seguinte de R\$ 628.591.049,19 (seiscentos e vinte e oito milhões, quinhentos e noventa e um mil, quarenta e nove reais e dezenove centavos), valor em conta corrente e carteira de investimentos, acréscimo de R\$ 638.705,03 (seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e cinco reais e três centavos); o Anexo 14 - Balanço Patrimonial, que demonstrou a situação patrimonial do instituto, apresentando Ativo (direitos) de R\$ 989.046.137,67 (novecentos e oitenta e nove milhões, quarenta e seis mil, cento e trinta e sete reais e sessenta e sete centavos), aumento de, aproximadamente, 1,60% em relação ao ano anterior, bem como, Passivo (deveres) de R\$ 1.348.994.535,91 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, novecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e um centavos), com aumento de, aproximadamente, 2,38% em relação ao ano anterior, devido alta nos valores das provisões matemáticas, que representam o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios, calculados atuarialmente, a valor presente (passivo atuarial). O resultado patrimonial de 2022 foi negativo -R\$ 16.101.523,38 (dezesesseis milhões, cento e um mil, quinhentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos), detalhado no Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais, influenciado pelo aumento das despesas com benefícios e as obrigações projetadas atuarialmente, gerando assim Patrimônio Líquido negativo de -R\$ 359.948.398,24 (trezentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos). Diante das demonstrações contábeis, observaram os conselheiros, a ausência do equilíbrio atuarial no ano, dado o resultado com déficit a equacionar de R\$ 375.244.847,02 (trezentos e setenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e sete reais e dois centavos), destacando que as recomendações do atuário foram consideradas durante o exercício, incluindo alterações relacionadas a reforma da previdência, semelhantes a EC 103/2019, por meio da Lei Complementar 117, de 22 de junho de 2022. Seguiu-se, após considerações, a análise do Balancete Orçamentário de fevereiro/2023, bem como gestão financeira e investimentos. As contribuições repassadas pela Prefeitura Municipal de Jacareí, SAAE de Jacareí, Fundação Cultural de Jacarehy, Câmara Municipal de Jacareí e Serviço de Regulação de Jacareí tiveram a base de cálculo referente folha de pagamento de janeiro/2023; e Unidade Gestora (IPMJ) referente folha de pagamento de fevereiro/2023. As retenções sobre as folhas de pagamentos dos inativos e pensionistas, referência fevereiro/2023, foram feitas de acordo Lei Complementar nº 117/2022. As receitas orçamentárias dispostas no balancete totalizaram o montante de R\$



14.036.417,49 (catorze milhões, trinta e seis mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos) no mês, separadas em: a) contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, alíquota de 14%, o montante de R\$ 2.390.155,68 (dois milhões, trezentos e noventa mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos); b) contribuições patronais (custo normal), alíquota de 16,70% com acréscimo de 3,52% para os professores, o montante de R\$ 2.618.415,37 (dois milhões, seiscentos e dezoito mil, quatrocentos e quinze reais e trinta e sete centavos); c) contribuições para amortização do déficit atuarial, alíquota suplementar de 19,52%, o montante de R\$ 2.914.655,53 (dois milhões, novecentos e catorze mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos); d) acordos de parcelamentos com a Prefeitura Municipal de Jacareí: Acordo 00097/2010, parcela 157/420, no valor de R\$ 432.068,58 (quatrocentos e trinta e dois mil, sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), referente a dívida dos empréstimos; Acordo de Reparcimento 00649/2022, em análise pela SPREV, parcela 08/240, no valor de R\$ 33.252,86 (trinta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta e seis centavos), referente a dívida das contribuições patronais suspensas em 2020, reparcimada nos moldes permitidos pela EC 113/2021, em substituição ao Acordo 00268/2021; Acordo de Reparcimento 01060/2022, em análise pela SPREV, parcela 03/240, no valor de R\$ 12.417,58 (doze mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos), referente a dívida de contribuição de julho a novembro de 2003 (desfazimento da dação), reparcimada nos moldes permitidos pela EC 113/2021, em substituição ao Acordo 00106/2009; e Acordo de Reparcimento 01062/2022, em análise pela SPREV, parcela 01/240, no valor de R\$ 282.907,22 (duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e sete reais e vinte e dois centavos), referente a dívida das contribuições de 09/1996 à 07/1998 e 01/1999 à 12/2000, reparcimada nos moldes permitidos pela EC 113/2021, em substituição ao Acordo 00098/2010. No mês de fevereiro, ainda não estava processado o reparcimento das dívidas dos empréstimos (acordo 00097/2010), conforme EC 113/2021, pelo não atendimento adequado das funcionalidades do sistema Cadprev (Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social), sendo repassada pela Prefeitura a parcela do acordo vigente. Foi informado aos conselheiros que o cadastro foi finalizado corretamente em 20/03/2023, restando, agora, as análises do Ministério da Previdência; e) acordo de reparcimento de contribuição de servidor totalizando R\$ 17.948,98 (dezessete mil, novecentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos); f) Receita Patrimonial formada por rendimentos auferidos dos fundos de investimentos: Santander RF Referenciado DI Institucional Premium FIC FI R\$ 162.699,05 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinco centavos); FI Caixa Brasil Matriz RF R\$ 1.022.860,68 (um milhão, vinte e dois mil, oitocentos e sessenta reais e sessenta e oito centavos); e Santander RF Referenciado DI Institucional Premium FIC FI Taxa de Administração R\$ 101.318,47 (cento e um mil, trezentos e dezoito reais e quarenta e sete centavos), também foram recebidos cupons de juros dos Títulos Públicos Federais – NTN-B com vencimentos pares: 15/08/2024 R\$ 186.137,37 (cento e oitenta e seis mil, cento e trinta e sete reais e trinta e sete centavos), 15/08/2026 R\$ 338.789,09 (trezentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e nove reais e nove centavos), 15/08/2028 R\$ 335.690,77 (trezentos e trinta e cinco mil, seiscentos e noventa reais e setenta e sete centavos), 15/08/2030 R\$ 454.737,66 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos), 15/08/2040 R\$ 588.084,47 (quinhentos e oitenta e oito mil, oitenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) e 15/08/2050 R\$ 1.612.316,71 (um



milhão, seiscentos e doze mil, trezentos e dezesseis reais e setenta e um centavos); g) Compensação Previdenciária – COMPREV no valor de R\$ 505.736,20 (quinhentos e cinco mil, setecentos e trinta e seis reais e vinte centavos) referência 12/2022; h) restituição de benefícios no valor de R\$ 4.563,40 (quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais e quarenta centavos); i) receitas próprias no valor de R\$ 450,68 (quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e oito centavos) e honorários advocatícios R\$ 1.152,78 (um mil, cento e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos); e j) outras receitas intraorçamentárias de benefício previdenciário pago em conjunto com a CMJ no valor de R\$ 20.058,36 (vinte mil, cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos). No valor das alíquotas suplementares, houve repasses de diferenças aplicadas em janeiro, fevereiro e março, dos anos de 2016 a 2022, em conformidade com o entendimento da Decisão de Recurso do Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 18/2022 (gerado por auditoria da SPREV em 2021), que altera o entendimento da evolução dessa alíquota, de abril de cada ano, para janeiro de cada ano, aplicabilidade em 12 meses, dentro do exercício financeiro. Assim foi verificado os repasses dos valores corrigidos da CMJ R\$ 57.949,54 (cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), FCJ R\$ 29.523,63 (vinte e nove mil, quinhentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos), SRJ R\$ 7.075,08 (sete mil, setenta e cinco reais e oito centavos) e IPMJ R\$ 21.563,17 (vinte e um mil, quinhentos e sessenta e três reais e dezessete centavos). Os valores do SAAE serão repassados no próximo mês e os valores da Prefeitura foram objeto de acordo de parcelamento. Ainda, em análise as receitas orçamentárias, foi informado a compensação do adiantamento de receita, por excesso de repasse em 12/2022, da contribuição suplementar do SAAE. As despesas previdenciárias empenhadas representaram o montante de R\$ 11.785.574,88 (onze milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) e as despesas administrativas empenhadas o montante de R\$ 323.558,35 (trezentos e vinte e três mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos) no mês, totalizando R\$ 12.109.133,23 (doze milhões, cento e nove mil, cento e trinta e três reais e vinte e três centavos). As despesas acumuladas totalizaram R\$ 23.238.434,86 (vinte e três milhões, duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos). Por meio de relatório gerencial foi apresentado o acompanhamento das despesas administrativas, informando valores empenhados, liquidados e pagos, e seus respectivos saldos. Foram analisados relatórios de despesas pagas, classificadas por tipo de desembolso, centro de custo, empenhos e fornecedores, bem como respectivas notas fiscais. As movimentações financeiras (disponibilidades) foram apresentadas e avaliadas em demonstrativo anexo a essa ata. Em consenso os conselheiros aprovaram o balancete orçamentário de fevereiro/2023, bem como suas movimentações financeiras e o Balanço de 2022. Na análise dos investimentos, por meio de relatório mensal de resultados, que traz o acompanhamento das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do instituto e os riscos que as integram, verificaram os conselheiros, que a carteira rentabilizou negativamente -R\$ 3.073.021,30 (três milhões, setenta e três mil, vinte e um reais e trinta centavos) no mês, acumulando rentabilidade de R\$ 9.079.510,92 (nove milhões, setenta e nove mil, quinhentos e dez reais e noventa e dois centavos) no ano, totalizando o patrimônio em R\$ 640.264.413,59 (seiscentos e quarenta milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e treze reais e cinquenta e nove centavos). O desempenho da carteira foi de -0,48% no mês, acumulando 1,45% no ano. O



movimento de reprecificação da taxa terminal de juros nos EUA, em reação às surpresas observadas nos dados econômicos, que mostraram resiliência da atividade e persistência das pressões inflacionárias, levou a perdas dos ativos de risco nos mercados americanos em fevereiro. No Brasil, a tônica para a performance negativa dos ativos locais seguiu sendo a deterioração do debate macroeconômico doméstico, a incerteza quanto ao timing e à magnitude de uma eventual alteração das metas de inflação, indefinição de novos diretores do BC e ausência de maiores sinalizações acerca da nova regra fiscal. Constataram os conselheiros aderência à Resolução 4.963/2021 e Política Anual de Investimentos 2023, sendo aprovado o relatório mensal elaborado pela unidade de gestão de investimentos. Os conselheiros foram informados sobre o processo de auditoria, específica em investimentos, da SPREV, que solicitou informações sobre o fundo de investimento FIDC Multisetorial Master III, CNPJ 12.138.813/0001-21, com a finalidade de subsidiar ações de acompanhamento e supervisão, considerando o atendimento às condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Em pauta, para outros assuntos relevantes, foi tratado pelos conselheiros o agradecimento, pelos serviços prestados, ao Sr. Valdir dos Santos Pereira, que encerrou sua participação nesse conselho devido sua aposentadoria. Destacaram a importância da participação dos servidores nos conselhos, que exercem o papel de fiscalizadores do seu próprio futuro, e em maior relevância, a necessidade de conhecimentos específicos sobre previdência social, denotando a certificação que passou a ser requisito essencial para dirigentes e conselheiros de RPPS. Assim, indicaram, a busca por melhorias no processo eleitoral e análise em futuras gratificações (natureza remuneratória), para maior interesse dos servidores, como busca de permanente dedicação, capacitação e empenho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h30min e foi por mim Fabíola de Melo Silva, Assessora da Presidência, *lms* lavrada a presente ata que será assinada pelos presentes. *****

Amauri Arnaldo Junior

Rafaela Carvalho dos Santos

Renata de Souza Santos Esteves

Fabíola de Melo Silva

Ivanir Barbosa da Silva Medeiros

Carlos Augusto Zani